

## EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO: MOTIVOS PARA OTIMISMO?

ANSELMO LUÍS DOS SANTOS (\*)

O desemprego, desde o início dos anos 90, vem sendo o aspecto principal das transformações do mercado de trabalho brasileiro. No início dessa década, a taxa média de desemprego tem alcançado, no mínimo, o dobro do final dos anos 80. Assim, pelos seus efeitos diretos — perda de rendimentos — eleva-se a miséria e a pobreza. Indiretamente, reduz-se a renda e pioram as condições de trabalho; a estratégia de sobrevivência, num país sem um adequado sistema de proteção ao desempregado, resulta num expressivo crescimento da informalidade. Como resultado dessa situação, o movimento sindical é enfraquecido. Garantir o emprego passa a ser um ponto decisivo nas estratégias de negociações; trabalhadores e dirigentes sindicais passam a posições defensivas, salários reais e benefícios são reduzidos, e até mesmo direitos conquistados há décadas são questionados e negados pelos empresários. O assalariamento sem carteira eleva-se assustadoramente. Pobreza e desigualdade, os resultados mais certos da afirmação da lógica capitalista são, assim, potencializadas com o desemprego e com seu principal determinante: o neoliberalismo regressivo. Avançam a destruição do tecido social, a desesperança e a violência.

São vários os determinantes dessa situação. Entretanto, o mais importante é o fato de que a economia brasileira tem apresentado as menores taxas de crescimento de todo o século XX. De 8,8% ao ano, nos anos 70, a taxa média de crescimento reduziu-se para 2,9% nos anos 80 e para 1,8% nos anos 90. Nos sete anos dos governos neoliberais de FHC, a taxa média ficou em 2,4%, suficiente para classificá-los, juntamente com outro governo neoliberal, o de Fernando Collor, entre os governos com as piores taxas de crescimento. Outros determinantes importantes são a estagnação do nível de emprego público (reformas administrativas, PDV's e privatizações), a abertura comercial (e a desarticulação de várias cadeias produtivas internas) e do setor de serviços e, em menor medida, mudanças na forma de gestão da força de trabalho e inovações tecnológicas.

(\*) Economista, professor e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho — CESIT, do Instituto de Economia da UNICAMP.

A elevação do emprego formal em 2000 e em 2001, após a década de 90, de evolução negativa, surge como o combustível de analistas "otimistas". O crescimento do PIB, de 4,4%, estimulou o crescimento do emprego formal (+3,2%) no Brasil, em 2000. No ano passado, com o crescimento de apenas 1,5% do PIB, o emprego formal, surpreendentemente, manteve-se expandindo num ritmo relativamente elevado e alcançou 2,7%. Além do crescimento do PIB, as explicações até o momento apontam para uma possível melhoria na fiscalização das contratações e para um provável esgotamento do processo de reestruturação produtiva das empresas — que levaria à elevação de contratações formais por unidade de produto. Mas é preciso enfatizar que a estagnação, em vez de crescimento, tem sido a regra e que não há nada que aponte, na hipótese de manutenção desse projeto neoliberal, para plausíveis possibilidades de uma trajetória de crescimento econômico sustentado.

Também não se pode ainda atribuir a esse movimento de crescimento do setor formal uma tendência clara de redução da informalidade. A proporção de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, no conjunto das regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE) era de 27,23%, em fevereiro de 2000, e manteve-se no mesmo patamar em fevereiro de 2002 (27,24%). Para a RMSP, esses dados também mostram que, entre fevereiro de 2001 e o mesmo mês de 2002, a proporção de trabalhadores sem carteira subiu de 27,4% para 28,5%.

Voltando ao conjunto das metrópoles, a proporção de trabalhadores por conta própria reduziu-se levemente de 23,34% para 22,51%, entre fevereiro de 2000 e o mesmo mês de 2002. É necessário, entretanto, identificar quais ocupações, dentre esse segmento foram reduzidas: as melhores ou piores, as de melhor ou de pior rendimento? Nem tudo que é trabalhador autônomo ou por conta própria é necessariamente informal. Cabe adiantar que o rendimento real médio dos trabalhadores autônomos tem se reduzido expressivamente nos últimos anos, o que aponta para a expansão de ocupações com remuneração média menor. É preciso saber se essa redução da participação dos trabalhadores por conta própria também está reduzindo as ocupações de baixa renda, que elevaram-se nos últimos anos.

A proporção de trabalhadores com carteira assinada, no mesmo período, elevou-se de 44% para 45,51%. Essa mudança corresponde à perda de participação dos trabalhadores por conta própria e de empregadores, já que a participação dos sem carteira foi mantida. Essa proporção de trabalhadores com carteira é menor do que a referente ao de 1998, e bem do que a referente ao mês de lançamento do Plano Real, em 1994 (49,3%). Essa elevação, entre os meses iniciais de 2000 e de 2002, mostra apenas que, depois de uma queda muito forte, atingindo apenas 43% em abril de 2000, a participação dos trabalhadores com carteira assinada vem recuperando-se lentamente. Mas o patamar alcançado em fevereiro de 2002 é praticamente o mesmo de 1999, sendo ainda inferior ao dos anos 1997 e de 1998 e bem menor do que o de 1994.

Por outro lado, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEADE/DIEESE), mostram que na Região Metropolitana de São Paulo,

a informalidade também não reduziu-se: os trabalhadores sem carteira assinada passaram de 13,1% do total dos ocupados em fevereiro de 2000, para 14,2% em fevereiro de 2002. A proporção de autônomos manteve-se em 21,1% em 2000 e 2002. A proporção de emprego doméstico também ficou praticamente estável nesse período, em torno de 8,5%. A proporção de trabalhadores com carteira, em fevereiro de 2002 (40,4%) era menor do que a do mesmo mês do ano anterior (40,8%) e pouco maior do que a de 2000 (40,1%). Isso significa que não há ainda evidências de que tenha se reduzido a informalidade na RMSP, em função do crescimento do emprego formal.

Nessa região, cresceram as ocupações no setor formal, mas também cresceram as ocupações no setor informal: de 959 mil trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, em fevereiro de 2000, passou-se para 1,065 milhão em fevereiro de 2002; o total de trabalhadores autônomos passou de 1,545 milhão para 1,582 milhão, no mesmo período.

Mas um ponto muito importante, geralmente não destacado pelos "otimistas", sedentos de boas novas, é o fato, já documentado, de que o emprego formal criado nos anos 2000 e 2001 tem piorado de qualidade. O crescimento do emprego formal tem significado a redução, em termos líquidos, de vagas para os de menor qualificação, para as pessoas de mais de 40 anos e de ocupações com renda acima de 3 salários mínimos. No Estado de São Paulo, por exemplo, ocorreu substituição de adultos menos escolarizados por jovens mais escolarizados e com menor remuneração em 2000. Cerca de 61.000 vagas foram fechadas para as pessoas com 40 anos ou mais. Quase 90% de todo o crescimento do emprego formal esteve concentrado nos jovens de até 24 anos. Todas as vagas adicionais foram ocupadas pelas pessoas com, pelo menos, o primeiro grau completo; foram eliminadas, em termos líquidos, 42.000 vagas para quem não tinha pelo menos o primeiro grau. O crescimento do emprego formal no Estado, com suas 241.000 novas vagas geradas em 2000, resultou de um saldo líquido de 363.000 novas vagas com remuneração de até 3 salários mínimos, e do fechamento líquido de 115.000 vagas com remuneração acima de 3 s.m.

Diante de tal comportamento do emprego formal no Estado mais rico e industrializado da federação e das considerações iniciais não há motivos para otimismo. Entretanto, investigar se está em curso um processo de precarização do emprego formal não é decorrência de pessimismo, mas da necessidade de abordar uma importante faceta da realidade, que os "otimistas" não parecem estar dispostos a ressaltar.